

Os arquivos pessoais: o caso dos arquivos pessoais de cientistas, trajetórias e metodologias

Archivos personales: el caso de los archivos personales de científicos, trayectorias y metodologías

Personal archives: the case of scientist's personal archives, trajectories and methodologies

AUTOR

Juliana Cabral da Silva*

juliana.cabral.silva@outlook.com

* Analista de documentação do Centro de Memória do Instituto Butantan (Brasil).

RESUMO:

Este artigo versa sobre a introdução dos arquivos pessoais sob a égide institucional e teórica da arquivologia e as particularidades dos arquivos de cientistas como fontes para a história da ciência. A suposta artificialidade nos arquivos pessoais e a vocação dos teóricos da arquivologia pela história administrativa fizeram com que os arquivos pessoais não fossem considerados arquivos. Com a Escola dos Annales e a renovação da historiografia, novos temas e metodologias vêm à tona, e o interesse pelos arquivos pessoais se torna emergente. No Brasil, a institucionalização e os primeiros estudos sobre o tratamento de arquivos pessoais advém da década de 1980 com a insurgência de centros de documentação e memória, que passaram a preservar acervos de artistas, políticos e cientistas, introduzindo diretrizes de tratamento documental e políticas de acervo. Nos arquivos de cientistas vimos que a sua preservação e tratamento arquivístico deriva desse movimento historiográfico e da renovação de instituições de memória. Os arquivos de cientistas trazem a especialidade de operarem como fontes para a história da ciência configurando parcelas da memória científica, sobretudo ao que compete os processos de criação e desenvolvimento da ciência. O tratamento arquivístico advém do estudo das atividades profissionais e pessoais do titular do arquivo.

RESUMEN:

Este artículo aborda la introducción de los archivos personales bajo la égida institucional y teórica de la archivología y las particularidades de los archivos de los científicos como fuentes para la historia de la ciencia. La supuesta artificialidad de los archivos personales y la vocación de los teóricos de la archivología por la historia administrativa hicieron que los archivos personales no fueran considerados archivos. Con la Escuela de los Annales y la renovación de la historiografía, aparecen nuevos temas y metodologías, y surge el interés por los archivos personales. En Brasil, la institucionalización y los primeros estudios sobre el tratamiento de los archivos personales provienen de la década de 1980, con el surgimiento de los centros de documentación y memoria, que comenzaron a preservar fondos de artistas, políticos y científicos, introduciendo directrices para el tratamiento de los documentos y políticas de fondos. En los archivos de los científicos hemos visto que su conservación y tratamiento archivístico deriva de este movimiento historiográfico y de la renovación de las instituciones de la memoria. Los archivos de los científicos aportan la especialidad de funcionar como fuentes para la historia de la ciencia configurando partes de la memoria científica, especialmente en lo que se refiere a los procesos de creación y desarrollo de la ciencia. El tratamiento archivístico proviene del estudio de las actividades profesionales y personales del titular del archivo.

ABSTRACT:

This article deals with the introduction of personal archives under the institutional and theoretical aegis of archival science and the particularities of scientists' archives as sources for the history of science. The supposed artificiality in personal archives and the inclination of archival science theorists toward administrative history have led to personal archives not being considered archives. With the Annales School and the renewal of historiography, new themes and methodologies come to the fore, and interest in personal archives becomes emerging. In Brazil, institutionalization and the first studies on the treatment of personal archives come from the 1980s with the insurgency of documentation and memory centers, which began to preserve collections of artists, politicians and scientists, introducing guidelines for document treatment and collection policies. In the archives of scientists, we saw that their preservation and archival treatment derives from this historiographical movement and the renovation of memory institutions. Scientists' archives bring the specialty of operating as sources for the history of science, configuring portions of scientific memory, especially for the processes of creation and development of science. Archival processing stems from the study of the professional and personal activities of the archive's owner.

1. Introdução

Os documentos gerados e acumulados por um indivíduo no curso de sua vida recebem o nome de arquivo pessoal. Uma das características encontradas nos arquivos pessoais é o vínculo com a atividade profissional daquele indivíduo, o distinguindo e o especializando como de interesse para uma área de saber. É o caso dos arquivos pessoais de cientistas que trazem indícios legítimos para a história da ciência e para construção da memória científica.

Os objetivos deste artigo é abordar como os arquivos pessoais foram introduzidos ao corpus teórico e metodológico da arquivologia e discutir o tratamento arquivístico dos arquivos de cientistas. Como metodologia utilizaremos análise exploratória da literatura e trazemos o estudo de caso do arquivo pessoal de Lauro Travassos Filho.

A dificuldade no tratamento arquivístico de arquivos pessoais se justifica pela peculiaridade nos processos de criação e acumulação, expressados por critérios funcionais no cumprimento de ações durante a vida de um sujeito, mas também por outras motivações, como valores afetivos ou acumulações de documentos que possam moldar uma imagem do indivíduo para a posteridade. Esse aspecto, encontrado nos arquivos pessoais os excluíram por muito tempo das definições de arquivo, ao considerar apenas documentos produzidos por instituições no exercício de suas atividades. Outro fator foi o interesse da geração dos arquivistas modernos pelos arquivos institucionais, que eram fontes para suas pesquisas históricas, e a partir do trabalho histórico com esses conjuntos documentais, construíram as teorias arquivísticas. Com a renovação historiográfica a partir da Escola dos Annales, outros temas e formas de fontes começam a ser priorizados, como a história dos subalternos, a micro-história, a valorização de trajetórias individuais, fazendo com que os arquivos pessoais ganhassem um foco de interesse para a pesquisa histórica.

No entanto, ainda havia uma lacuna na teoria arquivística para o tratamento dos arquivos pessoais. No Brasil, temos como pioneiro na institucionalização dos arquivos pessoais as instituições de documentação e memória, que ao incorporarem os arquivos pessoais consolidaram uma agenda de preservação das produções documentais provenientes de sujeitos, incluindo os arquivos resultantes das atividades científicas, e trouxeram discussões sobre o seu tratamento.

Os arquivos de cientistas trazem documentos que refletem as várias especificidades do sujeito, suas afinidades e predileções, configuram-se como documentos profissionais e documentos mais íntimos, por vezes transitando nas duas instâncias. São documentos que testemunham a prática científica cotidiana, ao contrário dos documentos institucionais, trazem vestígios de toda a criação científica, ultrapassando os documentos mais burocráticos e administrativos, costumam ser mais preservados institucionalmente. Pelo caráter personalístico que envolve a pesquisa científica, nos arquivos pessoais encontramos documentos institucionais, que foram trazidos pelo cientista e guardados como sua posse.

2. Sobre a acumulação de documentos por indivíduos

Richard Cox (2017) considera o ato de arquivar como umas das atividades humanas fundamentais ao lado da fala, da escrita e da leitura. O ato de criação e manutenção de arquivo é uma ação muito antiga, evidenciada pelas formas mais remotas de documentos, como o controle da propriedade e das finanças, que vigora nos arquivos pessoais atuais.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivos pessoais;
arquivos de
cientistas;
História da
Ciência.

PALABRAS CLAVE

Archivos
personales;
archivos de
científicos;
Historia de la
Ciencia.

KEYWORDS

Personal archives;
scientists archives;
History of Science.

Recibido:
12/12/2022

Aceptado:
14/07/2023

No mesmo livro, Cox fala de colecionismo e argumenta que esta é uma ação inata aos seres humanos, do mesmo modo que uma necessidade básica como comer, beber e dormir. O arquivo pessoal está vinculado à uma medida de resistir ao esquecimento, um desejo de possuir um sentido de nós mesmos e transmitir esse significado para os outros - sobreviver deixando algo para trás. Os indivíduos guardam documentos de acordo com algo que seja especial para eles sob o risco de se perderem, e têm o objetivo de marcar no mundo sua memória através de documentos e artefatos. Prevalece o apego em acessar o passado e de contribuir com ele, por meio da geração de documentos.

Philippe Artières (1998) acrescenta que os arquivos pessoais são constituídos e preservados pelos indivíduos como testemunho de sua trajetória e inserção social. Os documentos fazem parte da vida das pessoas desde o princípio, quando se produzem os primeiros documentos civis: a certidão de nascimento, a carteira de vacina, o registro de identificação e as primeiras fotos do bebê. Na infância, os desenhos, cadernos, trabalhos e provas são criados e por vezes guardados como forma de lembrança. Na adolescência é comum surgirem os diários que guardam registros da vida íntima, como o primeiro beijo, paixões e conflitos, e funcionam como ponto de resgate das memórias. Na vida adulta, muitos documentos necessários à vida civil, como certidões, boletos, declarações, comprovantes, currículos, documentos do âmbito profissional e escolar, mas também documentos afetivos, fotografias, cartas, diários são guardados com o mesmo intuito de registrar e perpetuar um momento ou uma trajetória. Georges Perec corrobora com essa ideia ao dizer que:

Existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio escrito. [Se] Quase tudo, em algum momento, passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia (Perec, 1974, *apud* Artières, 1998, pp. 9-10).

A produção documental ao longo de uma vida é enorme, por isso as pessoas fazem escolhas, selecionam o que será guardado ou descartado. Esse processo de seleção sofre mudanças de critérios ao longo da vida e cumpre questões burocráticas da vida civil ou estão relacionadas a aspectos profissionais e escolares. Mas a conservação de documentos pessoais diz respeito também a fatores subjetivos, a vontade pessoal em deixar para o mundo uma representação de si. Artières (1998) provoca ao questionar “por que arquivamos nossas vidas?” e em uma investida esclarece que:

Não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (Artières, 1998, p. 11).

O arquivo pessoal representa a trajetória do titular, por isso tem como data limite o seu falecimento. Em Artières (1998) vimos que no ato de guardar documentos relativos à nossa existência se torna consistente a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais, a escolha por alguns acontecimentos em detrimento de outros, a construção de uma narrativa de si mesmo pela seleção de documentos.

Ao abordar o arquivo pessoal de Émile Nougier, um jovem detento acusado de assassinato, que, por recomendações médicas, inicia uma saga para escrever sua própria história, Artières revela que o ato de arquivamento pessoal não é atribuído apenas aos cidadãos notáveis (como escritores e políticos), mas sim a todo indivíduo que pode produzir coleções documentais que busquem retratar a sua vida. O arquivamento pessoal não é uma prática neutra, mas está relacionada com a imagem que o indivíduo quer deixar para a posteridade.

Outras razões para a formação de um acervo pessoal são o desejo em deixar um legado para a posteridade, inscrever a pessoa no mundo, narrar histórias pessoais e da sua comunidade, ou motivações sentimentais, como evidência da sua atuação profissional e fins acadêmicos (Brito & Corradi, 2020).

O sujeito pode assumir várias imagens em momentos diferentes, a imagem do “eu” pode ser provisória e pouco coerente, haja visto a presença de documentos estranhos à atuação do titular, como documentos religiosos no acervo de um cientista. Assim, os documentos refletem as várias personalidades e os interesses de um sujeito (Britto & Corradi, 2020).

Uma das principais características dos arquivos pessoais é a liberdade que se expressa por meio de três quesitos: acumulação, organização e seleção. A liberdade de acumulação corresponde à possibilidade de guardar apenas os documentos que desejamos, estabelecendo critérios próprios de acordo com entendimento individual. Ao mesmo tempo que há uma liberdade na organização pela inexistência de normativas. Por outro lado, a liberdade de seleção estabelece critérios próprios para seleção e descarte (Silva, 2013, *apud* Mácido & Oliveira, 2019).

A primeira razão pela qual os indivíduos guardam documentos é sua funcionalidade, a necessidade de registrar ações, cumprindo obrigações. Todavia, há outros motivos para o arquivamento como seleções afetivas, superstições, *hobby* ou como forma de registrar impressões pessoais sobre o mundo.

São essas características verificadas nos arquivos pessoais que apresentam, aos arquivistas, uma série de dificuldades e nuances que merecem reflexão. As várias particularidades como a descontinuidade no arquivamento de determinados documentos, o arquivamento de documentos que não foram produzidos pelo próprio indivíduo ou a falta de relação clara, mas que pode ter relação com a afetividade, entre um documento e o restante, são sempre situações desafiadoras frente às metodologias rígidas com as quais a arquivologia trabalha para garantir a organicidade e proveniência de um fundo arquivístico.

Nesse sentido, as pessoas produzem diferentes documentos que só fazem sentido enquanto documento de arquivo, quando produzidos no decorrer de alguma atividade inerente à vida do titular. Por isso, nos arquivos pessoais coexistem documentos formais e aqueles difíceis de serem identificados (Mácido & Oliveira, 2019).

Independente destas questões a existência de arquivos pessoais, sua preservação e doação são motivadas por um espírito de notabilização, efetuando-se como uma demanda tanto para as pessoas que buscam deixar seus documentos sob a custódia de uma instituição como legado de sua existência, quanto para aqueles que buscam nos arquivos pessoais fontes para a investigação histórica (Maciel & Borges, 2012).

A produção de uma imagem é fruto tanto do que se exhibe quanto do que se esconde. Nessa operação participam tanto o círculo familiar do arquivador quanto as instituições de memória. Só doa arquivo quem supõe que seus documentos vão configurar para a história o que o titular enquanto ator foi para a sua época. É difícil imaginar o gesto de doação sem o espírito de notabilização. Do ponto de vista da memória não se exhibe o que não se releva; não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação de imagem (Vianna, Lissovsky & Sá, 1986, p. 69).

O interesse pelos arquivos pessoais como fontes históricas inscritas em documentos de suportes variados, advém do seu valor em revelar o contexto histórico e social dos personagens e não apenas sobre os indivíduos em si (Maciel & Borges, 2012).

Millar (2006) questiona se os documentos são a memória dos indivíduos ou apenas a memória dos eventos que motivaram a sua produção e acumulação. Esta autora argumenta que os documentos de arquivo atuam como gatilhos no desencadeamento de processos de rememoração.

De fato, os arquivos pessoais sempre existiram nas sociedades letradas, mas foram poucos explorados e tratados de forma incógnita pela arquivística, não eram vistos como arquivos ou eram entendidos como arquivos menores. Dada a sua peculiaridade em comparação com os arquivos institucionais, como a lógica de acumulação, a presença de documentos familiares e de laços de amizade e a heterogeneidade dos suportes documentais, eram vistos como documentos com lacunas e sem objetividade (Silva & Santos, 2012).

3. A inclusão de arquivos pessoais na arquivística

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define como arquivo o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (Arquivo Nacional, 2005, p. 27). A inclusão dos documentos produzidos por indivíduos como arquivos também é vista na Lei de Arquivos, Lei nº 8.159 (1991). O capítulo III da Lei de Arquivos é dedicada aos arquivos privados e dentre outras diretrizes estabelece a declaração de interesse público e social dos arquivos privados, considerados importantes para a história de interesse coletivo, incluindo os arquivos pessoais. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 97), o fundo é um termo equivalente a arquivo, entendido como o “conjunto de documentos de uma mesma proveniência”. Tomemos nesse contexto semântico o arquivo¹ como sinônimo de fundo. Na definição trazida pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos, e traduzido no Brasil pelo Grupo de Trabalho do Arquivo Nacional, o fundo é o “conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por um indivíduo, família ou entidade coletiva no decurso das suas atividades e funções” (Conselho Nacional de Arquivos, 2006, p. 15).

Os documentos produzidos por indivíduos também aparecem inseridos nas definições de arquivo de textos clássicos da literatura arquivística. No livro *Archivística General. Teoría Y Práctica*, Antonia Heredia Herrera aborda a definição de arquivo:

Archivo es uno o más conjuntos de documentos, sea cual sea su ficha, su forma y soporte material, acumulados en un proceso natural por una persona o institución pública o privada en el transcurso de su gestión, conservados, respetando aquel orden, para servir como testimonio e información para la persona o institución que los produce, para los ciudadanos o para servir de fuentes de historia (Herrera, 1991, p. 89).

Em Arquivos permanentes: tratamento documental, Heloísa Liberalli Bellotto, define o fundo como:

O conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja a fim (Bellotto, 2006, p. 128).

Os documentos produzidos e acumulados por sujeitos no cumprimento de suas atividades de vida, hoje estão instituídos e amplamente aceitos, tanto na literatura arquivística, como em normas, leis e protocolos como sendo arquivos, ao lado dos arquivos institucionais, porém os arquivos pessoais nem sempre foram considerados arquivos ou colocados no mesmo nível de representação e tratamento dos arquivos institucionais.

Os arquivos pessoais se diferenciam dos arquivos institucionais por apresentarem “traços de personalidade, juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões expressadas pelo produtor, bem como os tipos de atividades desenvolvidas no decorrer de sua vida, que não serão encontradas nos arquivos de pessoas jurídicas” (Gomes & Silva, 2011, p. 40).

Por isso, o tratamento e a preservação desses acervos ficavam a cargo de bibliotecas e museus. Isso se deve ao movimento pela guarda de arquivos de escritores no século XIX, iniciada com a doação, feita por Victor Hugo, dos seus manuscritos à Biblioteca Nacional da França. Os manuscritos de escritores eram associados aos seus livros e recebiam organizações biblioteconômicas (Artières, 1998).

O Manual dos Holandeses de 1898 é um importante marco para a teoria arquivística, no entanto aparecem retratados apenas os arquivos públicos e administrativos. Os arquivos pessoais não foram considerados arquivos naquele momento, por não ser possível atribuir o princípio da organicidade a esses conjuntos, eram considerados coleções artificiais (Berg, 2017).

A primeira menção aos arquivos pessoais na literatura arquivística aparece em 1928, no manual do arquivista italiano Eugenio Casanova, no qual ele define arquivo como “acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de suas atividades e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa.” (Casanova, 1928, p. 535). Casanova se torna o pioneiro na introdução do tema, apesar de não aprofundar e não problematizar esses tipos de arquivos.

Cook (1998) ressalta que os princípios e os conceitos arquivísticos foram desenvolvidos para documentos de instituições. Os arquivos em sua gênese foram concebidos como documentos provenientes de atividades administrativas públicas que passaram a ser custodiadas por instituições arquivísticas. A exclusão dos arquivos pessoais no tratamento dado pela arquivologia tradicional (século XIX a meados do século XX) é dada pelo interesse dos historiadores pelos arquivos administrativos consultados como fonte para a pesquisa histórica, ao mesmo tempo que foram importantes teóricos da arquivística, dentre eles Natalis de Wailly, S. Muller, J. A. Feith, R. Fruin, Hilary Jenkinson e Theodore Schellenberg.

Nas obras destes autores eram colocadas teorias em reflexo ao trabalho de pesquisa em arquivos públicos. Assim a arquivística passa a ser desenvolvida com base nestes arquivos, pelo interesse dos teóricos pela história administrativa (Berg, 2017). Os arquivos privados, de origem pessoal, eram nomeados por esses autores como *manuscripts*, *historical manuscripts*, *manuscript collection* ou *papers*, pela suposta fragmentação no processo de acumulação documental (Macedo & Oliveira, 2019).

Gomes (1998) argumenta que os arquivos pessoais passaram a ganhar espaço nas práticas arquivísticas com a renovação da historiografia no século XX, com a Escola do Annales que tinha um olhar para a história cultural, e percebiam os documentos produzidos na vida privada como fontes riquíssimas para esses estudos.

A partir da década de 1980 há um interesse pela memória como fenômeno social da parte dos historiadores e cientistas sociais, e então surgem estudos relacionados a memória cultural e os lugares de memória, tornando os arquivos pessoais também alvo de atenção. Além disso, o surgimento de centros de memória, da metodologia de História Oral e de estudos biográficos, valorizam o interesse pelos documentos de indivíduos (Berg, 2017).

Os arquivos pessoais e familiares começaram a se destacar quando foram vistos como fontes para a história e como o registro da memória da nação, passando a ser entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade e o contato mais próximo entre historiadores e arquivistas, evidenciando os arquivos pessoais que acabam se tornando importantes para a memória coletiva, por serem testemunhos não apenas da vida do indivíduo, mas da sociedade em que ele fez parte (Oliveira, 2012).

Mesmo assim, os primeiros olhares para os arquivos pessoais tiveram viés histórico e não arquivístico, limitado aos estudos enquanto fontes para a pesquisa. Os estudos acadêmicos que problematizam os arquivos pessoais, do ponto de vista da arquivística, são recentes. Os primeiros estudos foram realizados na visão pragmática e metodológica, como manuais, não aprofundando as discussões sobre o tema. Hoje, no Brasil, os arquivos pessoais custodiados por instituições arquivísticas são comuns, mas isso nem sempre foi natural, ocorreu uma mudança na transferência de documentos privados para o âmbito público. Essa mudança de paradigma aconteceu devido à criação de centros de documentação, pesquisa e memória que incorporaram os arquivos pessoais em seus acervos. Foram pioneiros nesse processo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Esses centros de documentação se tornaram referências para preservação de arquivos de interesse político, científico e artístico, respectivamente (Crivelli & Bizello, 2020). Silva e Santos (2012) destacam também o Arquivo Edgar Leuenroth na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Brasil) como pioneiro na preservação de arquivos pessoais de cientistas.

A institucionalização de arquivos pessoais teve como grande influência a história cultural e os pesquisadores das ciências sociais e história, que direcionaram as iniciativas de custódia de acervos pessoais. Além de

serem precursores na preservação de arquivos pessoais no Brasil, os centros de documentação também foram responsáveis por um modo de pensar esses arquivos, ao escolher o que deveria ser preservado ou não (Crivelli & Bizello, 2020).

A avaliação sobre os documentos pessoais se torna um ato de escolhas, já que as diretrizes para avaliação de documentos são próprias para arquivos institucionais e não fazem sentido para arquivos pessoais, recaindo sobre a instituição de guarda a aceitação da preservação de documentos. Cada instituição, acaba por se certificar que as escolhas dos acervos pessoais que passam a compor seu acervo, estão circunscritas na lógica dos outros acervos já incorporados à instituição.

Por isso, se estabelece o que será lembrado e o que será esquecido. Os documentos pessoais quando custodiados por instituições se tornam disponíveis para consulta, pelo tratamento documental de preservação, organização e divulgação do acervo, servindo como fontes para pesquisa histórica. Ao passo que os arquivos pessoais guardados em âmbito doméstico ficam impossibilitados para o acesso público (Crivelli & Bizello, 2020).

Crivelli e Bizello (2020) acrescentam que as instituições pioneiras na função de tratamento de arquivos pessoais para disponibilização de pesquisas científicas foram muito importantes para a consolidação da preservação de arquivos pessoais no Brasil. A preocupação pela guarda dos arquivos pessoais foi pautada pelos centros de documentação e abriram caminhos para pesquisa historiográfica em novos horizontes, viabilizando o caminho para a preservação dos arquivos pessoais no Brasil. A institucionalização dos arquivos pessoais, legitima esses acervos, tornando-os acessíveis para a pesquisa e para a construção de memórias.

Apesar da institucionalização dos arquivos pessoais iniciada nas décadas de 1960 e 1970 pelo IEB e CPDOC, no Brasil ainda careciam de estudos arquivísticos sobre os arquivos pessoais. Devido à falta de diretrizes para o tratamento de arquivos pessoais, em 1980 o CPDOC elabora um manual de procedimentos técnicos para a organização de arquivos privados, publicado oficialmente em 1998.

Uma outra importante publicação foi o volume da Revista de Estudos Históricos de 1988, em que foram publicados textos gerados pelo Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, que contou com a autoria de vários intelectuais brasileiros e estrangeiros, trazendo temas multidisciplinares para o campo dos arquivos pessoais, sobressaindo o ponto de vista historiográfico, mas também abarcando as temáticas de organização arquivística.

Mâcedo e Oliveira (2017) destacam que além dos arquivos pessoais por muito tempo não serem reconhecidos como arquivos, quando passaram a ser reconhecidos como tal, a metodologia de organização não atendia a uma representação dos documentos tendo em vista a arquivística. Como pioneiros no tratamento de arquivos pessoais, na consolidação desta área destacam-se os estudos de Camargo², Heymann³, Santos⁴, Fraiz⁵ que foram além dos métodos do CPDOC.

Os documentos pessoais devem ser analisados durante a identificação, a fim de compreender as razões pelas quais foram criadas e acumuladas ao longo do tempo. É importante destacar que embora os documentos em arquivos pessoais tenham organicidade e possam ser organizados com base em funções, os indivíduos não seguem a mesma lógica que uma empresa, e em seus arquivos aparecem relações de amizade e sociabilidade, além, da liberdade que as pessoas têm em lidar com os seus documentos (Mâcedo & Oliveira, 2019).

Para o tratamento de arquivos pessoais é necessário analisar as relações entre os documentos de acordo com a ação que o gerou, e para esse reconhecimento cabe uma ação de pesquisa sobre a estrutura e os métodos operacionais de sua criação (Lodolini, 1990, *apud*, Mâcedo & Oliveira, 2019).

Os arquivos pessoais de cientistas se assumem como um tipo de arquivo pessoal, que pela atuação dos sujeitos e pela prática científica em si, merecem um olhar direcionado para vislumbrar as suas especificidades.

4. Reflexões sobre os arquivos pessoais de cientistas a partir do arquivo de Lauro Travassos Filho

Na década de 1980 houve uma efervescência na preservação dos arquivos institucionais no processo de redemocratização e valorização da memória. Nesse movimento os arquivos produzidos pela ciência também são beneficiados, iniciativas como sistemas de gestão de arquivos na Fundação Oswaldo Cruz, Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas e Museu de Astronomia e Ciência Afins, setor de Memória Institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Centro de Memória da Eletricidade da Eletrobrás são implantadas (Maciel & Borges, 2012; Santos, 2008). A preservação dos arquivos científicos entendidos como patrimônio da humanidade inclui também os arquivos de cientistas.

A ciência se desenvolve dentro do laboratório, mas o laboratório pode ter a conotação de um ambiente com infraestrutura, computadores, mesas, cadeiras, equipamentos para experimentos, livros, espécimes de animais, cobaias ou pode ser entendida como a junção de um grupo de pessoas direcionadas na produção de conhecimentos sobre uma área do saber. Dentro do laboratório o cientista é peça fundamental para a produção científica (Silva, 2007).

Welfel (2004) ao se debruçar sobre os arquivos de laboratório faz distinção dos documentos guardados pelos cientistas e os arquivados por secretarias, este último tem caráter mais burocrático (gestão de pessoal, recursos financeiros e infraestrutura) ao passo que o outro apresenta o desenvolvimento da ciência em seu fazer cotidiano. A denominação arquivos científicos abrange os documentos produzidos pela administração de pesquisa (documentos meio) e os originários do fazer científico em si (documentos fim).

Os arquivos da administração de pesquisa têm suas configurações similares aos arquivos científicos tradicionais. Já os documentos da pesquisa em si (exploração, experimentação e teorização) se apresentam em formas e composições *sui generis*, tem a propensão de não serem tratados como arquivos e por isso são menos conservados. Welfel expõe que os documentos de dentro dos laboratórios são os mais importantes como fontes para a história da ciência, “lá onde a ciência se elabora, se transforma, trabalha, manipula-se” (Welfel, 2004, p. 67).

Apesar de ter essa relevância, a documentação produzida no laboratório dificilmente é tratada como arquivo em razão de seus diferentes suportes, que vão além dos documentos em papel. A geração de documentos em papel é predominante nos laboratórios, entretanto a atividade de pesquisa produz muitos outros documentos em suportes, no entanto, o que geralmente é conservado são as separatas e os produtos como os artigos, os documentos intermediários que evidenciam o processo científico são perdidos.

O arquivo pessoal de Lauro Travassos Filho (1918-1989) se configura como um arquivo de cientista, pela profissão que o titular desempenhava, biólogo e médico de formação, tendo exercido carreira na pesquisa científica nas áreas da entomologia e parasitologia, e pelo corpus documental encontrado no arquivo, documentos oriundos da prática e do desenvolvimento científico.

Travassos Filho foi pesquisador de duas instituições de pesquisa, o Departamento de Zoologia (atual Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo) e o Instituto Butantan, além disso, participou de sociedades, revistas científicas e foi professor na Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiróz’ (ESALQ/USP). O arquivo traz indícios dessa trajetória profissional e documentos da esfera privada, apresentam uma acumulação natural, foram gerados por um motivo funcional e não apresentam elementos que inferem distorções, acréscimos ou eliminações de documentos.

Silva e Santos (2022) ao analisarem os documentos do Fundo Lauro Travassos Filho revelam que esses registros materiais são fontes interessantes para o estudo em história da ciência como: correspondências, produções preparatórias de artigos, anotações científicas, fotografias científicas, cadernos e fichários de estudo, diários de campo, separatas, referências bibliográficas, documentos referentes a atividade de docência, programas de curso, avaliações, listas de frequências.

A metodologia para o tratamento arquivístico foi baseada nas relações orgânicas existentes entre os documentos, e nas suas funcionalidades, organizadas em cinco grupos principais: 1) Vida Pessoal; 2) Docência e difusão; 3) Pesquisa; 4) Clube Zoológico do Brasil; 5) Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Apesar dos documentos da esfera profissional e científica representarem a maior parte da documentação, fazem parte do arquivo os documentos restritos ao universo pessoal sem vinculação com o processo científico. No grupo Vida pessoal, encontramos agenda de telefones, cartões de visita, bulas de medicamento, contratos imobiliários, documentos financeiros e currículos.

O grupo Docência e difusão agrupa documentos dos cursos ministrados por Travassos Filho na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) no curso de Taxonomia de Insetos e no curso de Especialização em Entomologia Médica. Neste grupo estão representados: roteiro de aula, programa de curso, resumo de aula, lista de presença, artigo científico e lista de referências bibliográficas.

O laboratório é o lugar de registros textuais, o fazer ciência é constantemente documentado, através de anotações, cadernos de protocolo. O produto do fazer científico é a comunicação científica, expressa por meio de artigos, livros e apresentações. Nos arquivos de cientistas os textos intermediários e versões dessas publicações estão presentes. Ademais, compunham o arsenal bibliografias do campo do pesquisador, a fim de se relacionar cientificamente com a sua comunidade, são presentes separatas e cópias de artigos científicos (Santos, 2008).

Ainda sobre os tipos documentais encontrados nos laboratórios, Santos (2008) diz que o caderno de protocolo, ou o caderno de laboratório é um documento primordial, por serem registrados informações cotidianas das experiências científicas das ações em bancada. Destaca-se também no caso das ciências de observação naturalística, como é o caso da entomologia, o uso dos cadernos de campo ou diários de viagem.

O grupo Pesquisa divide-se em acervo bibliográfico - livros, artigos, boletins, revistas que não apresentam relação direta com nenhum outro documento e o subgrupo trabalhos científicos, organizados de acordo com o seu produto, evidenciam eventos que contextualizam a geração documental, para o arquivo de Travassos muitas vezes apontam para as etapas de preparação de produções científicas: artigos, livros, apresentações ou aulas. A opção pela descrição seriada evidencia os relacionamentos entre os documentos e traz indícios do processo da geração do conhecimento científico.

Cada dossiê corresponde a um trabalho científico, como por exemplo, no dossiê “Aspecto médico e comentários sobre a localidade de Salobra (estado de Mato Grosso)”, todos os documentos que foram produzidos para a composição deste artigo aparecem agrupados, com as seguintes tipologias documentais: ficha com manifestações clínicas de pacientes, bula de remédio, anotações de pesquisa e artigo científico. Sendo que o mesmo tipo documental se manifesta de distintas maneiras, é pertinente caracterizar a técnica de registro (manuscrita, datilografia, digitação, impressão, fotografia analógica), forma (original, cópia, rascunho, minuta, esboço), formato (folha, caderno, livro, folheto) e suporte (papel, papel fotográfico). Essa caracterização evidencia as qualidades dos documentos do ponto de vista arquivístico, o distinguindo do seu grupo e os tornando únicos, oriundos de um processo científico. O agrupamento dos documentos de uma mesma finalidade e na descrição a inserção do título do trabalho científico, permite a precisão na recuperação dos documentos, operando como ponto de acesso.

O arquivo pessoal além de reunir informações sobre a trajetória de vida e do processo científico de um pesquisador, também mantém documentos de instituições que se não estivessem guardadas nesses arquivos se perderia no curso da sua extinção, como é o caso dos documentos do Clube Zoológico do Brasil e dos documentos do Departamento de Zoologia, instituição que Travassos foi pesquisador por mais de vinte anos. Travassos guardou consigo e armazenou em seu laboratório no Instituto Butantan esses documentos. Santos (2010), ao entrevistar cientistas sobre as dimensões entre o institucional e o pessoal, verificou que os

cientistas consideram os documentos produzidos pela atividade científica intimamente ligados à sua figura, assumindo um caráter de pessoalização da ciência.

As correspondências remetidas e recebidas por Travassos Filho com outros pesquisadores e instituições, entre os anos de 1965 e 1988, cumprindo uma agenda de intercâmbio e colaboração científica e de amizade, muitas vezes em concomitância. Travassos fazia cópias das cartas que enviava, deste modo é possível verificar a sequência de emissão e resposta, em fluxo contínuo ao longo dos anos. Para Gérard Ferreyrolles (2010), o pacto epistolar determina que todas as cartas devem ser respondidas, é por esse motivo que Travassos fazia cópias de suas respostas e arquivava conjuntamente, como forma de organizar o pagamento de sua “dívida” com os remetentes, já que as respostas por vezes não obedeciam ao imediatismo, poderiam demorar meses em cada troca e a conversa inicial perdurar por anos.

A carta mantém uma regularidade formal na disposição dos elementos textuais que favorecem a investigação do contexto de produção documental, ao apresentar a localidade, data cronológica, destinatário e assinatura do remetente. Nas correspondências mais rápidas, informais e quando há intimidade entre os correspondentes alguns destes elementos são suprimidos e os nomes podem ser substituídos por apelidos.

É o caso das cartas trocadas entre Lauro Travassos Filho e José Lauro Jantsch, este último estava no curso de mestrado se dedicando ao estudo da ordem Mantodea, insetos popularmente conhecidos como louva-deus, na Pontifícia Universidade Católica de Curitiba. Jantsch escreve para Travassos solicitando indicações de bibliografia de seu objeto de pesquisa, a sequência de cartas perdura por anos, com novas solicitações e colaborações de pesquisa, ao tal ponto em que os dois personagens criam intimidade e Travassos o “apadrinha”, o chamando de “afilhado”, ou ainda “afi-xará” por partilharem o nome em comum. O apadrinhamento científico ocorria também com os pesquisadores Evôneo Berti Filho e Gilberto José de Moraes, que em meio as colaborações científicas as relações de intimidade e afetividade se manifestavam.

Ademais fazem parte deste grupo correspondências com pesquisadores estrangeiros, em razão da dificuldade de escrever em outra língua, aparecem rascunhos e esboços de cartas e solicitações de tradução. Esses documentos formam conjuntos menores que em sua ordem original estavam agrupados por grampos ou pastas, e por isso no arranjo essa ordenação deve ser respeitada.

Como visto, os arquivos pessoais sofrem seleções e descartes, o mesmo ocorre com os arquivos pessoais de cientistas, nesse caso vale o questionamento enquanto juízo de valor para a escolha de documentos. Silva (2007) questiona: quais documentos mais importantes para testemunharem as práticas da ciência? Para esta autora, a memória científica advém de documentos distintos, documentos em papel, equipamentos e objetos zoológicos. Os documentos produzidos pela ciência muitas vezes são mal entendidos como documentos a serem preservados tanto pelos cientistas quanto pelos arquivistas. Os documentos da ciência são testemunhos de práticas científicas, tendo valor probatório, testemunhos de fatos. Os documentos intermediários acabam não se preservando, os cientistas julgam apenas como importante e necessário apenas a preservação de documentos finais, justificando que estes já contém todos os dados de interesse. No entanto, os historiadores da ciência se voltam para os documentos intermediários para vislumbrar o processo de desenvolvimento científico, as redes, trocas, financiamentos, disputas e situações pormenores (Silva, 2007).

O processo de avaliação de documentos de cientistas pode ser arbitrário devido à ausência de normas voltadas para os arquivos pessoais, para não ocorrer seleções falhas, é importante conhecer a trajetória do indivíduo e como sua atuação social e profissional estava inserida em seu meio (Lisboa, 2012).

Maria Celina Soares Silva (2007), em sua tese de doutorado, realizou entrevistas com cientistas sobre a preservação dos documentos produzidos em laboratórios e em suas atividades científicas, investigando o entendimento que eles têm sobre o caráter pessoal ou institucional dos documentos produzidos pela atividade científica. Apesar do resultado das entrevistas demonstrarem que a maioria dos cientistas localizam nos documentos produzidos pela atividade científica um caráter institucional, a autora argumenta

que a falta de critérios entre alguns que definem os documentos como pessoais, faz com que muitos dos registros das atividades científicas sejam perdidos.

Os cientistas acumulam documentação referente ao seu trabalho, documentos com aspectos da sua trajetória profissional, e no meio acadêmico produzem uma série de documentos, notas de leitura, sumários de cursos, exercícios de laboratório, projetos de estudante, também acumulam documentos de sociedades e associações em que fizeram parte. Esse repertório documental traz importantes vestígios para a história das ciências, que podem ser perdidos se não forem considerados em programas de preservação.

Nesse sentido, os arquivos pessoais são importantes fontes históricas, podendo ser complementares aos acervos de instituições ou às vezes as únicas fontes para a história de instituições, quando inexistem documentação (Silva, 2007). Cada disciplina científica produz um corpus documental específico de acordo com suas atividades operacionais e estes documentos possuem linguagens próprias. Para a organização e representação dos arquivos de cientistas, muito mais do que conhecer o conteúdo documental, é importante conhecer o contexto de produção dos documentos, identificando as principais atividades de seus criadores (Silva, 2007).

Silva e Santos (2022) argumentam que para a organização e representação de um arquivo de cientista é necessário o conhecimento do *modus operandi* e das atividades principais da área de atuação do cientista, no caso de Travassos, a entomologia e a parasitologia são as disciplinas chaves para essa compreensão.

Os arquivos institucionais configuram de forma mais estável ao apresentarem a estrutura administrativa do órgão produtor dos documentos, pois a organização dos documentos geralmente respeita essa estrutura. Enquanto são marcas dos arquivos pessoais a subjetividade para a acumulação documental, que acontece por meio de escolhas arbitrárias ou não, como nos casos de intencionalidade, quando o titular do arquivo cria uma imagem de si por meio dos documentos guardados. Por isso, cabe verificar “vazios” no acervo, períodos ou funções que não são cobertos pela documentação, e verificar padrões de organização dos documentos pelo titular, desde que sejam identificáveis (Abellás, 2012). Um bom exemplo, foi analisado por Fraiz (1998) no arquivo pessoal de Gustavo Capanema, onde o titular do arquivo produziu o que ela nomeou de “meta-arquivo”, um sistema de organização de seu arquivo pessoal.

Na organização original do arquivo de Travassos algumas correspondências estavam agrupadas, como as cartas remetidas e recebidas pela mesma pessoa, ou no caso dos dossiês de trabalho científico, mas em algumas ocorrências os documentos preparatórios para a produção de artigos, estavam dispersos necessitando o remanejamento destes documentos. Os demais documentos estavam desordenados, por isso foram alocados em classes de acordo com as funções que representam e a relação orgânica com os seus conjuntos documentais.

Ducrot (1998) argumenta que para organização do acervo é crucial manter a organicidade refletindo sobre as facetas do produtor, as diversas funções por ele desempenhadas. Deste modo, o primeiro passo é o mapeamento das funções dos cientistas, sua biografia e o contexto de produção dos documentos - reconhecer as funções primordiais. O contexto de produção se faz necessário também para uma correta tipologia documental. Outro ponto é pesquisar nas instituições que o cientista atuou para procurar vestígios que possibilitem a construção de sua trajetória. Em relação aos documentos extremamente especializados relacionados à disciplina de atuação dos cientistas é recomendado a consulta com profissionais da área para esclarecer dúvidas (Abellás, 2012). Há um desafio metodológico de adaptação da teoria arquivística para os arquivos pessoais, já que nos arquivos institucionais o reconhecimento de funções e atividades é muito evidente, o que não ocorre sempre com os arquivos pessoais (Silva, 2007).

O tratamento dos arquivos pessoais mantém a mesma abordagem arquivística dos arquivos institucionais, mas pelas peculiaridades encontradas nos documentos produzidos por indivíduos, necessitam de um trabalho de pesquisa para a produção do conhecimento em arquivos pessoais de cientistas, analisando

as relações entre os documentos, às suas funcionalidades, os relacionamentos entre os indivíduos e as vinculações da trajetória pessoal.

5. Conclusões

Os arquivos pessoais têm uma longa história de existência, mas a sua incorporação na epistemologia da arquivologia advém de uma história mais recente, marcada pelas tendências historiográficas. O arquivo pessoal de cientista é um dos tipos de arquivos pessoais, que pela vinculação da profissão e pelos registros dos processos científicos configuram esse tipo de arquivo como de interesse social, principalmente no que se refere às afeições da história da ciência.

A teoria arquivística nasce pautada nos arquivos institucionais, que têm uma lógica de organização e uma estrutura de funções consolidadas, o arquivo pessoal não tem este mesmo ordenamento, a vida e as atividades de um indivíduo não obedecem a paradigmas rígidos. Mas os documentos de uma pessoa cumprem agendas funcionais que podem ser delimitados para a organização dos documentos considerando os relacionamentos entre eles.

A partir da experiência com a organização do arquivo pessoal de Lauro Travassos Filho, vislumbramos as especificidades da documentação advinda desta tipologia de arquivo, como os registros que permeiam todo processo de criação científica, na representação arquivística esses elementos são norteadores, como na escolha dos campos descritivos, com requisitos que qualificam as idiosincrasias da documentação. A representação e organização dos arquivos de cientistas facilitam o acesso aos documentos que podem contribuir para a produção do conhecimento em história da ciência.

NOTAS

¹ Arquivo é uma palavra polissêmica, seu significado é atribuído de acordo com o contexto. Além do significado equivalente ao fundo, o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 27) também traz outras definições para a palavra arquivo: “2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, processamento técnico, e a conservação; 3. Instalações onde funcionam arquivos; 4. Móvel destinado à guarda de documentos”.

² Ana Maria Camargo escreveu diversos artigos sobre o tema dos arquivos pessoais, além de ministrar palestras e minicursos. Destacam-se também a metodologia utilizada para o tratamento do acervo do Instituto Fernando Henrique Cardoso, lideradas por ela e Silvana Goulart, descritas no livro *Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais* (2007).

³ Luciana Heymann (1997, 2005, 2009) publicou diversos artigos sobre os arquivos pessoais e a construção de legados.

⁴ Paulo Elian Santos (2003, 2008) em seus trabalhos de mestrado e doutorado escreve sobre os arquivos pessoais de cientistas, abordando os documentos do ponto de vista de sua ação geradora, para isso utiliza-se de teóricos da sociologia da ciência para analisar a prática científica.

⁵ Priscila Fraiz (1998) escreve sobre a construção de um eu autobiográfico nos arquivos pessoais, tendo como estudo de caso o Arquivo de Gustavo Capanema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abellás, J. B. Y. (2012). Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas - o caso Hussak. In M. C. S. M Silva & P. R. E. Santos. *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros.
- Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Artières, P. (1998). Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, 11(21), 9-34.
- Bellotto, H. L. (2006). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Berg, T. V. V. (2017). Os arquivos pessoais como objeto de pesquisa em arquivologia. In J. F. G. Campos (Org.). *Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas* (pp. 12-29). São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo.
- Britto, A. C., & Corradi, A. (2020). O valor narrativo em Arquivos Pessoais, compreendido como "escrita de si". *Ponto de acesso*, 14(2/3), 104-131.
- Camargo, A. M., & Goulart, S. (2007). *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais, procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- Casanova, E. (1928). *Archivistica*. Siena: Stab Arti Grafiche Lazzeri.
- Conselho Nacional de Arquivos. (2006). *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Cook, T. (1998). Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, 11(21), 129-150.
- Cox, R. J. (2017). *Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações*. Editora UFMG.
- Crivelli, R., & Bizello, M. L. (2020). Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, 34(1), 131-153.
- Ducrot, A. (1998). A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos Históricos*, 11(21), 151-168.
- Ferreyrolles, G. (2010). L'épistolaire, à la lettre. *Littératures classiques*, 71(1), 5-27.
- Fraiz, P. (1998). A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, 11(21), 59-88.
- Gomes, A. M. C. (1998). Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, 11(21), 121-128.
- Gomes, M. A., & Silva, M. C. S. M. (2011). Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. *Arquivo e Administração*, 10(1), A03.
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivistica general: teoría y práctica*. Sevilla: Servicio de Publicaciones.
- Heymann, L. Q. (1997). Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Revista Estudos Históricos*, 10(19), 41-60.
- Heymann, L. Q. (2005). Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Revista Estudos Históricos*, 2(36), 43-58.
- Heymann, L. Q. (2009). O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 45(2), 40-57.
- Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF.
- Lisboa, A. G. (2012). O livro, a parede e os arquivos pessoais. *Arquivos Pessoais: História, preservação e Memória da Ciência*. Rio de Janeiro: FAPERJ.
- Macedo, P. L. P., & Oliveira, L. M. V. de. (2019). Arquivos pessoais e teoria arquivística: o arranjo como uma função de pesquisa. In J. F. G. Campos (Org.). *Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas* (pp. 108-

126). [recurso eletrônico]. São Paulo, Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Maciel, L. R., & Borges, R. S. (2012). Metodologia de organização de arquivos pessoais: o fundo Virgínia Maria Niemeyer Portocarrero, enfermeira da FEB. In M. C. S. de M. Silva & P. R. E. dos Santos. *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Millar, L. (2006). Touchstones: Considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, 61, 105-126.

Oliveira, L. M. V. D. (2012). *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile Editorial.

Santos, P. R. E. D. (2008). *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Santos, P. R. E. D. (2003). Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, J. C., & Santos, C. A. C. M. (2022). Os arquivos de interesse para a história da ciência: Sobre os arquivos de cientistas e a entomologia (1930-1989). *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 75, 221-258.

Silva, M. C. S. D. M. (2007). *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Silva, M. C. S. M., & Santos, P. R. E. dos. (2012). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Vianna A., Lissovsky, M., & Sá, P. S. M. (1986). A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*, 10-14(2), 62-76.

Welfelé, O. (2004). A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 2(1), 65-72.